

Aos 12 dias do mês de agosto o COMITESINOS reuniu-se às 14h, no Auditório II do Centro de Ciências da Saúde - UNISINOS, São Leopoldo, para a realização da sua terceira reunião ordinária, no ano de 1999. A presença dos representantes das entidades membro e convidados está registrada em ata, anexa. A reunião foi coordenada pelo Presidente, eng. Paulo Renato Paim, auxiliado pela Secretária Executiva, arq. Viviane Nabinger. No início dos trabalhos, foi apresentada a pauta estabelecida para a reunião em curso que constou de: 1) Discussão e aprovação da Ata n° 02199; 2) Comunicados; 3) informações do GT do Monitoramento; 4) informações do GT de Educação Ambiental; 5) apresentação sobre a implantação do Gasoduto Bolívia Brasil e ,6) assuntos gerais. Imediatamente, a Ata da reunião anterior foi posta em discussão e aprovada sem retificações. No prosseguimento dos trabalhos, o tema "comunicados" , em seu primeiro assunto, foi anunciado. O Presidente comunicou que o processo de elaboração e aprovação do Regimento Interno do Comitê havia sido concluído, após a definição de uma proposta inicial elaborada pela CPA, com base nos Regimentos Internos de outros Comitês. Que, durante dois encontros extraordinários, ocorridos nos dias 16 de julho e 30 de julho, o Comitê havia discutido, corrido e ajustado o seu Regimento, encaminhando a proposta ao Conselho de Recursos Hídricos para a devida chancela. O segundo assunto do tema "comunicados" foi sobre a participação do COMITESINOS na Audiência Pública referente à ampliação das instalações da empresa Gerdau, no município de Sapucaia do Sul. Paim informou que o convite ao Comitê da presença de seu representante legal na mesa oficial de abertura da Audiência era um fato inédito e de expressiva repercussão já que pela primeira vez se tinha conhecimento que um Comitê de Gerenciamento de Recursos Hídricos poderia participar do processo de licenciamento de uma atividade potencialmente impactante, sugerindo proposições na definição de medidas compensatórias. E mais, que o COMITESINOS, neste processo estava sendo colocado como parceiro da Gerdau, através do estabelecimento futuro de um termo de convênio, para a realização de atividades de interesse da bacia. Tal oportunidade não deveria ser vista apenas como uma situação isolada e unicamente para o COMITESINOS mas como o início do estabelecimento de um compromisso a ser construído com o órgão de licenciamento, para todas as intervenções importantes nas áreas de atuação dos Comitês. Paim revelou que este era o primeiro desdobramento de um contato preliminar feito com o atual Diretor Presidente da FEPAM, Sr. Nilvo Alves da Silva e já bastante promissor. Os demais comunicados apresentados trataram das correspondências e convites formulados ao Comitê, quais foram: 1) proposta de reunião entre COMITESINOS e o Consórcio Intermunicipal do Rio Paranhana, afluente do Sinos, para definição de termo de cooperação e criação de unidades de conservação ambiental; 2) busca de informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Igrejinha, sobre a continuidade do curso de Educação Ambiental iniciado pelo COMITESINOS; 3) convite do Dep. Estadual, Otomar Vivian, para o Grande Expediente da Assembléia Legislativa, em homenagem aos 30 anos 9 da

UNISINOS; 4) convite para a posse do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. O Cláudio Langone, no Auditório Negrinho do Pastoreio, Palácio Piratini; 5) convite da Secretária Municipal de Educação de Estância Velha, para a I Feira de Ciência e Tecnologia; e 6) convite do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, convidando para o Seminário PU20 - Uso Sustentável das Águas, que tratará da cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Sobre este convite, Paim destacou a importância do evento da Assembléia de SP, dizendo que na prática quem havia saído na frente entre os Estados brasileiros para efetuar a cobrança pelo uso das águas havia sido o Estado do Ceará, mesmo que, inicialmente, de uma forma disfarçada, onde a cobrança se dera sobre o serviço de abastecimento, do qual era repassada uma parcela da cobrança para a gestão IS recursos hídricos. No momento, Ceará estava cobrando, pelo menos do setor industrial, com base no princípio usuário/pagador, como estabelece o Sistema de Recursos Hídricos daquele Estado. Em São Paulo, a discussão da cobrança estava oportunamente indo puxada pela Assembléia Legislativa e poderia servir como referência para o nosso Estado mesmo que, diferentemente, em SP a cobrança não fosse vinculada ao Plano Bacia como era o nosso caso. O representante da categoria indústria, Sr. Alexandre Vagner reconheceu os avanços da legislação paulista e comentou que tinha o conhecimento de que estava sendo discutido, no âmbito dos Comitês, a utilização do Tietê como hidrovía. Lá, os Comitês tinham efetivamente o reconhecimento do Estado como o fórum legítimo para as discussões de interesse da bacia hidrográfica. Paim registrou que ele, na condição de funcionário da METRPLAN estava trabalhando na elaboração do Plano Diretor ) Pró-Guaíba e podia testemunhar que os Comitês do RS tinham sido, definitivamente, eitos como o canal de comunicação entre o Estado e a sociedade, nos assuntos que diziam respeito aos recursos hídricos. Portanto, a condição dos Comitês de SP não era exclusiva daquele Estado. O Presidente ainda registrou, reforçando a importância dos Comitês no cenário da administração estadual, o pronunciamento feito pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Cláudio Langone, na recente solenidade de sua posse, quando mais uma vez afirmara que a instância de tomada de decisões relativamente aos recursos hídricos se dará no âmbito dos Comitês de Gerenciamento. Concluídas as considerações sobre os comunicados, Paim apresentou o primeiro esboço do boletim de informações sobre as atividades do COMITESINOS, elaborado pela CPA. Observou que era importante que cada representante reproduzisse o documento entregue e o distribuisse para o maior número de entidades, já que o papel de um instrumento como o apresentado era o de promover a difusão das informações. Também esclareceu que proposta era a de adotar este primeiro trabalho como o referencial das próximas edições, onde as novas informações, serão apresentadas sempre nos três níveis selecionados ("institucionalização do Comitê" ; atribuições e competências" e "articulações internas externas com o Sistema") e apenas no informes de atualização, complementação e de detalhamento de notícias. Portanto, , fundamental guardar a primeira edição agregando sucessivamente a esta, as novas informações. Prestados os esclarecimentos o Presidente anunciou o terceiro assunto estabelecido na pauta

dizendo que, por demanda do próprio Comitê, a atual direção havia sugerido a constituição de grupos de trabalho para o desenvolvimento de atividades específicas. As propostas apresentadas priorizavam os temas *monitoramento*, *educação ambiental* e *divulgação*. Quanto ao primeiro tema a sugestão foi a de resgatar o trabalho implementado pelo COMITESINOS durante muitos anos, promovendo a integração de entidades para a execução do monitoramento das águas do rio dos Sinos, o cálculo do índice de Qualidade das Águas - IQA e a divulgação de tais índices para a comunidade local. Neste sentido, o grupo de Trabalho reconstituído já apresentava os primeiros resultados e, nas reuniões ordinárias, sempre seria reservado um espaço para a apresentação de informações. Em reação à educação ambiental, a direção apenas sugerira a ampliação de entidades colaboradoras pois a atual coordenação do GT desempenhava perfeitamente bem o seu papel, com muita autonomia, resultados expressivos e grande repercussão. Da mesma forma que o GT do monitoramento, a educação ambiental teria sempre seu espaço para informação. Sobre o último GT, o da divulgação, o Presidente informou que, apesar do Grupo ter sido constituído e ter realizado uma primeira reunião, o processo ainda não tinha deslanchado. Dito isto, o Presidente solicitou que a coordenadora do GT do Monitoramento, eng<sup>a</sup>. Ellen Pritsch, representante da CORSAN, apresentasse as informações disponíveis. Inicialmente Ellen fez algumas considerações sobre a composição do GT, frequência de reuniões, explicando que a primeira dificuldade do grupo havia sido definir exatamente qual o objetivo do grupo pois a demanda apresentada pelo Comitê era genérica na medida em que trava a retomada do monitoramento do Rio dos Sinos. O GT, ao se reunir pela primeira vez, identificou novas demandas e ficou claro que o trabalho a ser executado terá várias etapas. É fundamental, porém, que as pessoas compreendam que executar o monitoramento não modificará em nada a condição do rio, ele não resolve os problemas, apenas serve como indicador da situação, da mesma forma que um indivíduo vai ao médico para fazer exame. Grassi auxiliou na comparação dizendo que monitorar um rio é o mesmo que medir a temperatura de alguém que está com febre. Se toma conhecimento das condições mas não se resolve o problema. Nessa comparação, o GT busca por indicadores. Para isto, foi resgatar parte da história levantando o que já existia tanto em relação às informações já produzidas como em relação aos acordos inter-institucionais que davam suporte ao trabalho. Ellen apresentou uma transparência contendo toda a relação dos trabalhos já realizados onde se inclui os dados brutos gerados pelas entidades que executavam o monitoramento, a partir de um convênio de cooperação técnica firmado entre a FEPAM, CORSAN, DMAE, METROPLAN e SEMAE, em 1989. De acordo com o resgate histórico, o convênio havia sido rompido informalmente e o monitoramento continuou a ser executado individualmente pela FEPAM e pela CORSAN, de acordo com os interesses e as atribuições dessas entidades. A FEPAM mantivera o monitoramento, a partir de 1996, de apenas 6 pontos e tinha recursos junto ao Pró-Guaíba para monitorar 14 pontos, porém ainda sem prazo definido para iniciar o trabalho. Com base nestas informações o GT do Monitoramento do COMITESINOS estabeleceu como sendo uma de suas ações prioritárias provocar o Pró-Guaíba para

acelerar a geração de informações e para estabelecer procedimentos que disponibilizem rapidamente os dados produzidos. Ellen ainda informou que o GT já alcançara um resultado bastante positivo ao obter da FEPAM o Relatório da Qualidade das Águas do Sinos, produzido a partir dos dados gerados, até 1996, pela Rede Integrada e até 1998, pela própria FEPAM. Mesmo que o Relatório não apresentasse o IQA, as informações contidas serviriam de base para um projeto de cooperação que estava sendo estudado, justamente para se produzir estas informações. O Presidente chamou a atenção sobre a importância da ação do GT pelo significado do monitoramento no processo de enquadramento do Rio dos Sinos. Feita a apresentação do andamento do trabalho do GT do Monitoramento, a coordenadora do GT de Educação Ambiental, Profa. Ione Gutierrez apresentou as últimas iniciativas tomadas pelo grupo com o objetivo de dar continuidade ao processo de educação ambiental, na região. Ione relatou sobre a reunião realizada com a Profa. Elen Nunes, Coordenadora da EA I Pró-Guaíba, quando foi apresentado pelo Comitê o Programa Permanente de EA que está sendo construído e que deverá contar com suporte financeiro do Pró-Guaíba, ainda no seu Módulo I. Segundo as informações prestadas, na presente etapa há possibilidades bem concretas de recursos para o treinamento de pessoal e, a partir do Módulo II, outras etapas e atividades do Programa do COMITESINOS poderão igualmente ser patrocinados. Ione informou que os Cursos de Capacitação em Educação Ambiental, nos municípios, que contam com apoio financeiro do CRH, deverão ser brevemente retomados, inicialmente em Parobé. Também informou que a comissão de organização do IV I Seminário Regional de EA está definindo novas datas para a realização do evento, provavelmente nos dias 19, 20 e 21 de outubro. Paim complementou as informações de Ione dizendo que para este evento estava sendo pensada uma solenidade de abertura com : grande dimensão, inclusive com a possibilidade de presença do Ministro do Meio Ambiente e do Secretário Nacional de Recursos Hídricos. A proposta faz parte de uma estratégia de . chamar a atenção do Governo Federal para o RGS, e habilitar os Comitês aos investimentos do Pró-Água Nacional. De uma forma bem simplificada, a linha de condução dessa estratégia passa por garantir a parceria do Pró-Guaíba na promoção do IV Seminário, e, pela , iniciativa do COMITESINOS e em continuidade ao Seminário, realizar o I Encontro de EA : do Fórum Gaúcho de Comitês. O encontro do Fórum permitirá aos demais Comitês estabelecer um primeiro contato com a Prof. Ellen e conhecer os procedimentos a serem adotados para, assim como o COMITESINOS, se candidatarem aos recursos do Módulo II. Fortalecendo o processo de educação ambiental no Estado, definindo estratégias conjuntas através do Fórum de Comitês, o Sistema Gaúcho terá maiores possibilidades de exercer a pressão para ser contemplado com os recursos da União. O que fica bastante claro, neste momento, é a pouca expressão do RS na esfera Federal, o que dificulta qualquer aprovação de projeto. A pequena representação Estado no Seminário ocorrido em Brasília, no dia 27 de julho, quando foi discutido o projeto de lei que cria a Agência Nacional das Águas e a , lei complementar à 9.433 ( Política Nacional de Recursos Hídricos), é um bom indicativo da ausência

da bancada estadual. Estavam, no Seminário, apenas a direção do COMITEI SINOS, o Prof. Lanna, do IPH/UFRGS, que participou como membro da equipe que elaborou o projeto de lei e a eng. Anette Picolli, Diretora do Departamento de RH da Secretaria das Obras Públicas, que não permaneceu durante todo o evento. O registro feito por Paim demonstra a importância de se dar um pouco mais de dimensão aos eventos promovidos no Estado e, ao mesmo tempo, buscar uma inserção maior nos espaços onde estão ocorrendo as discussões sobre recursos hídricos. Com esta nova perspectiva e aproveitando a oportunidade de encontrar, em Brasília, alguns dos participantes do I Encontro Nacional de Comitês de Bacia ocorrido no ano passado, aqui em Porto Alegre, a direção do COMITESINOS tratou de iniciar, junto com os Comitês de SP, a construção do evento para instituir, oficialmente, o Fórum Nacional de Comitês de Bacia, cuja realização já está prevista para ocorrer em SP, provavelmente no mês de outubro. Dito isto, o Presidente solicitou que os palestrantes convidados para apresentar informações sobre a implantação do Gasoduto Bolívia Brasil fizessem uso da palavra. O conteúdo da exposição está detalhadamente apresentado em relatório, anexo, à disposição dos interessados. Fica, porém, registrado que todo o procedimento de licenciamento do empreendimento foi coordenado pelo IBAMA em consulta aos órgãos estaduais de licenciamento, no RS, à FEPAM, e que os Comitês, com base nas discussões ocorridas e de acordo com uma nova orientação da direção da FEPAM, deverão manter uma relação mais estreita com tais entidades e participar, de forma definida, nos assuntos que tratam das intervenções importantes em suas áreas de atuação. E, não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, lavrei a presente a que, após aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim.

São Leopoldo, 23 de Setembro de 1999.